



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
29ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2017.0000859444

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0008691-97.2011.8.26.0428, da Comarca de Paulínia, em que é apelante LUCIMEIRE DE OLIVEIRA SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados JOSÉ DE JESUS PENACHIN e PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA.

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FORTES BARBOSA (Presidente) e CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN.

São Paulo, 8 de novembro de 2017.

MARIA CRISTINA DE ALMEIDA BACARIM

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
29ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0008691-97.2011.8.26.0428

Apelante: Lucimeire de Oliveira Santos

Apelados: José de Jesus Penachin e Prefeitura Municipal de Paulínia

Comarca: Paulínia

Voto nº 283

Apelação. Ação de indenização.

**Acidente de trânsito - Cerceamento de defesa não
caracterizado - Culpa exclusiva da vítima demonstrada
- Sentença de improcedência mantida.**

Recurso desprovido.

Vistos.

1. Autora em ação de indenização por danos morais decorrentes da morte do seu companheiro, a apelante insurge-se contra a r. Sentença, cujo relatório se adota, que julgou improcedente o pedido formulado deixando de condenar os réus ao pagamento de R\$ 272.500,00 a título de danos morais.

Sustenta cerceamento de defesa do MM. Juízo *a quo* ao deixar de realizar perícia no veículo conduzido pelo primeiro réu, não realizar a reconstrução dos fatos, não esgotar os recursos probatórios e levar em consideração o depoimento pessoal da testemunha José Roberto Antonioli, estranho aos fatos. (fl. 273/275).

Recurso tempestivo, respondido (fls. 280/285 e 287/293) e é isento de preparo por ser a autora beneficiária de justiça gratuita (fls. 50).

É o relatório.

2. Sem embargo do esforço do nobre Defensor da ré, a r. Sentença não merece reforma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
29ª Câmara de Direito Privado

Trata-se de ação de indenização por danos morais decorrentes de morte, com pedido de tutela antecipada em que a autora alega ser o réu responsável pelo acidente ocorrido.

De acordo com a inicial, no dia 17/08/2010, por volta das 8h, o companheiro da autora, Gleidson Francisco Guedes da Silva, "trafegava pela via pública no cruzamento das ruas Lotaldo Secomandi e São Bento, neste município de Paulínia, na condução de sua motocicleta Honda, (...) quando foi violentamente colhido pelo veículo Caminhão Mercedes Bens, conduzido pelo Sr. José de Jesus Penachin". O companheiro da autora veio a falecer.

O réu, por sua vez, aduz que quando ele estava prestes a acessar a Rua São Bento com o seu caminhão, "o condutor da motocicleta, companheiro da autora, que transitava pela Rua São Bento, acessou a rua Prudente Pigatto, contudo a velocidade do condutor era tão elevada que sequer houve tempo de o réu visualizar sua manobra. Em decorrência da elevada velocidade, a vítima não conseguiu controlar a motocicleta de forma a expandir a curva de acesso em sentido de abertura para obter a condição de fazer a manobra." (fl. 59)

Consta, ainda, da contestação, que o Inquérito Policial foi arquivado (vide fl. 59 – fato não impugnado especificamente em réplica – fl. 127/128).

Como se observa, a autora sequer descreveu, na petição inicial, em que consistiria a conduta culposa do réu. Este por sua vez, esclareceu a conduta culposa da vítima, que ao ingressar na curva em alta velocidade, não conseguiu manter o ângulo da conversão, vindo a expandir em sentido ao caminhão, chocando-se contra a sua lateral esquerda.

Não há que se falar em cerceamento de defesa, uma vez produzida toda a prova pretendida pelas partes no momento oportuno.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
29ª Câmara de Direito Privado

Em momento inicial, a autora requereu “*provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de quaisquer, tais como: perícias, juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas, depoimento pessoal do réu e dos representantes legais da ré, e tudo mais que elucidar possa*”, **sem**, no entanto, arrolar quaisquer testemunhas.

Ao iniciar a fase probatória, o MM. Juízo *a quo* explicitamente determinou às partes especificassem as provas que desejavam produzir (fl. 129). Ocorre que apenas os réus se manifestaram a respeito, operada a preclusão para a autora.

Demais, a autora **não** insistiu, em primeiro grau, pela produção de qualquer outra prova (vide fl. 257).

Como bem analisado pelo MM. Juiz: “*pode-se verificar que a versão apresentada pela requerente não traz tantos detalhes, e encontra-se isolada nos autos, sem contar que inclusive referenda relato de que o condutor do caminhão nem mesmo viu de onde veio o motociclista, o que só reforça a tese de que o motociclista quem deu causa ao choque, por total impudência de sua conduta na direção*”.

Aparecido José Argentim (mídia – fl. 261), testemunha arrolada pelo réu, esclareceu trabalhar junto ao mesmo e estar presente, dentro do caminhão, no momento do acidente. Aduz a testemunha, estar o caminhão já na angulação correta para descer a rua em direção à Av. São Bento com intenção de futuramente entrar à direita quando o motociclista veio de encontro ao veículo. Este afirmou estarem parados no momento da colisão no sentido correto da rua e à serviço da prefeitura.

A testemunha José Roberto Antonioli (mídia – fl. 261), de fato, não presenciou o momento do acidente, entretanto, momentos após o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
29ª Câmara de Direito Privado

motociclista ser socorrido, por volta das 8:30 horas, José Roberto caminhava pelo local e presenciou a dinâmica dos fatos. Este afirmou estar o caminhão na faixa da direita, sem estar atravessado pela rua, e a moto ao chão, próximo ao tanque de combustível do caminhão, na parte traseira, na altura do eixo de tração. A testemunha aduz ter comentado o ocorrido com transeuntes que se encontravam no local e os mesmos teriam afirmado que o motociclista vinha em alta velocidade e não conseguiu fazer a curva em seu sentido. Afirmou também ter danificado apenas a lateral esquerda da moto e não haver colisão frontal entre os veículos, fato confirmado pelas fotos juntadas aos autos pelo réu (fl. 216/218).

Diversamente ao aduzido pela autora, o depoimento da testemunha José Roberto Antonioli não deve ser desconsiderado. Primeiramente porque no momento de sua oitiva, sequer fora contraditado. Ademais, apesar de não ter presenciado o ocorrido, a testemunha pôde verificar a dinâmica dos fatos, por ter circulado pelo local momentos após o acidente, sendo este fator crucial para a compreensão do acontecimento.

Portanto, bem configurada a culpa exclusiva da vítima, que estava em alta velocidade ao ingressar na curva para acessar a rua onde trafegava o réu, perdendo o controle da motocicleta e atingindo a lateral do caminhão.

Ressalve-se que a autora dispôs de todos os meios para comprovar sua versão dos fatos, entretanto, manteve-se inerte em relação ao despacho de fl. 129, sendo este o motivo pelo qual não foram realizadas outras provas, que se mostram, ademais, diante do contexto probatório, desnecessárias.

3. Posto isso, pelo meu voto, **nego provimento** ao recurso.

MARIA CRISTINA DE ALMEIDA BACARIM
Relatora